



# NATAL ENERGY TALKS

Rota do Mercado Livre de Energia:  
abertura, desafios e oportunidades



la Schoti  
Ma

Ber

1 a 5 DE JULHO

# RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação  
são produzidas com **exclusividade para o  
nosso associado**

**Valorize o seu conteúdo!**

*Evite a distribuição indevida ao público externo.*

# SUMÁRIO

**CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!**

**3**

Importante avanço: após levantamento da Abraceel, distribuidoras atualizam manuais internos sobre o processo de migração

**5**

Reforma Tributária: Fazenda defende modelo de creditamento ao longo da cadeia e demonstra preocupação com precedentes

**7**

Grupo Técnico discute alterações derivadas da nova governança na formação de preços

**9**

Monitoramento: Período Sombra

**10**

Abraceel na Mídia

**12**

Curtas

**18**

E o Congresso?

**21**

Próxima Semana



# Importante avanço: após levantamento da Abraceel, distribuidoras atualizam manuais internos sobre o processo de migração

## Matéria em 1 minuto:

- Abraceel e Abradee discutem desconformidades nos manuais das distribuidoras;
- Distribuidoras concordam em atualizar os manuais internos, removendo exigências desnecessárias como o termo de pactuação, diagrama unifilar e assinatura do CUSD;
- Associações manterão diálogo para possível criação de um manual padronizado para o processo de migração.



Em 03.07, a Abraceel se reuniu com representantes da Abradee para dar continuidade à discussão sobre as desconformidades dos manuais internos das distribuidoras referentes ao processo de migração para o Ambiente de Contratação Livre.

### Manuais desatualizados

Na ocasião, a Associação das Distribuidoras informou que havia conversado com suas associadas e trouxe para a reunião com a Abraceel os entendimentos de cada ponto de desconformidade. Muitos desses pontos foram relatados pelas próprias distribuidoras, que informaram que os manuais disponíveis em seus sites estão desatualizados em relação às práticas atuais, o que seria ajustado pelas empresas.

### **Fim do termo de pactuação**

Em relação ao termo de pactuação, documento exigido por diversas distribuidoras como condição para o processo de migração, as distribuidoras concordaram que não cabe a solicitação desse documento e informaram que irão removê-lo de seus manuais. Solicitaram também que, caso a Abraceel tenha conhecimento de casos em que houver tal pedido, que comunique à Abradee, sem necessidade de identificação da comercializadora, para que sejam tomadas as providências necessárias junto à distribuidora.

### **Sem cobrança pelo diagrama unifilar**

Sobre a solicitação do diagrama unifilar para o consumidor, a Abradee informou que instruiu suas associadas a não violarem a REN 1000, que regulamenta como competência da distribuidora o envio do diagrama unifilar. Além disso, foi informado que algumas distribuidoras solicitam informações sobre as instalações internas, o que teria previsão no Prodist para casos específicos e se diferencia do diagrama unifilar do ponto de conexão e do sistema de medição. A Abraceel entendeu a justificativa, porém apontou que a exigência não deve condicionar o processo de migração, tampouco deve ser regra geral, devendo ser aplicada somente para casos que assim o requeiram.

### **CUSD**

Quanto à solicitação para que o consumidor assine um novo CUSD (Contrato de Uso do Sistema de Distribuição) no bojo do processo de migração, a Abradee informou que algumas distribuidoras possuem diferentes contratos para os ambientes de contratação e, por isso, exigem essa assinatura. No entanto, a Abraceel argumentou que o CUSD deve ser o mesmo para qualquer ambiente de comercialização e que sua eventual renovação, caso a distribuidora deseje atualizar o contrato, não pode condicionar a migração. A Abradee reconheceu que aprimoramentos são necessários nesse aspecto. Algumas distribuidoras informaram que a norma está incorreta e irão atualizá-la, excluindo a exigência de assinatura do CUSD, deixando-a apenas para novas conexões.

### **Prazo para adequação do SMF**

Por fim, sobre a adequação do SMF (Sistema de Medição de Faturamento), há desconformidades de prazos para a realização da vistoria e adequações entre as distribuidoras e o regulado pela Aneel. As distribuidoras informaram que irão atualizar os manuais para seguir a regulamentação.

### **Manual padronizado**

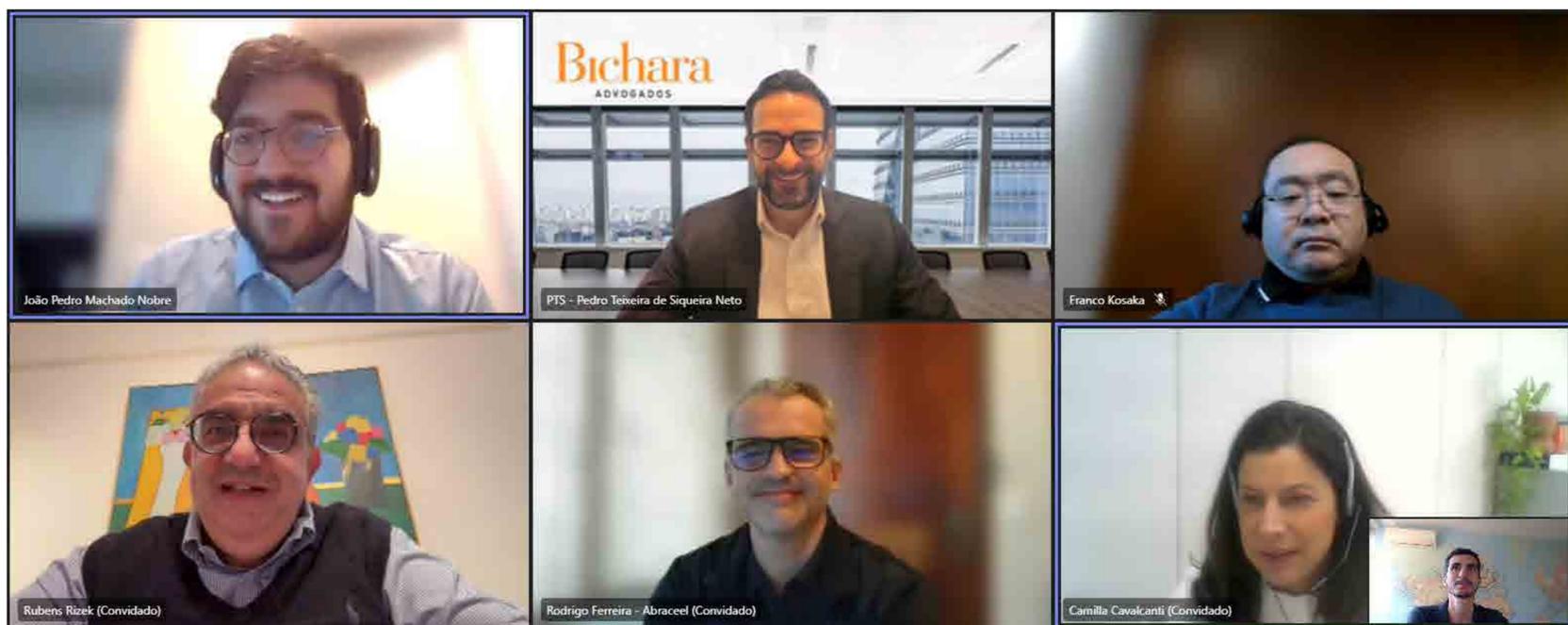
De maneira geral, a Abradee reconhece que há pontos a serem trabalhados em conjunto e pediu à Abraceel que relate os principais problemas que estão ocorrendo na prática para que possam ser endereçados internamente. As associações continuarão discutindo para avaliar a possibilidade de uma proposta conjunta de manual padronizado do processo de migração a ser enviado à Aneel.



# Reforma Tributária: Fazenda defende modelo de creditamento ao longo da cadeia e demonstra preocupação com precedentes

## Matéria em 1 minuto:

- Em reunião com a Abraceel e Anpen, a representante da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária externou haver dificuldades para aprovação da proposta de diferimento ao consumidor final;
- Fazenda ressaltou que a Reforma Tributária tem por princípio a criação de imposto sobre o valor agregado, com creditamento ao longo da cadeia, de tal forma que operações intermediárias não devem ser oneradas;
- Pasta também defendeu preservar o disposto nos contratos privados, sem incluir na legislação regra para repasse compulsório do imposto, e ponderou que a redução de carga tributária em um bem acaba impactando negativamente os demais;
- Fazenda se comprometeu a analisar os pleitos da Abraceel, que também inclui proposta para o Mercado de Curto Prazo.



Em 01.07, a Abraceel reuniu-se com a Diretora da Secretaria Extraordinária de Reforma Tributária (SERT) do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti, para apresentar suas propostas na regulamentação da Reforma Tributária. Também participaram representantes da Anpen, Associação de Pesquisa Energética, que auxiliou no agendamento do encontro.

### Diferimento

Com relação ao pleito de diferimento, no qual o fato gerador ocorreria apenas no momento da comercialização de energia elétrica ao consumidor final, pedido também endossado pelo Fórum das Associações do Setor Elétrico (FASE) após pleito da Abraceel, Camilla informou ser necessária análise do ponto de vista da segurança jurídica, visto que, em visão pre-

minar, a PEC não trouxe regime específico para energia elétrica, o que poderia ensejar questionamentos. Também externou que a medida poderia criar precedente a ser utilizado por outros setores, o que exigia análise mais detalhada.

Camilla ressaltou que a Reforma Tributária tem por princípio a criação de imposto sobre o valor agregado, com creditamento ao longo da cadeia, de tal forma que operações intermediárias não sejam oneradas. Após ponderações feitas pela Abraceel e Anpen, a representante informou que levaria o pleito para análise da sua equipe.

### **MCP**

A representante da SERT agradeceu a contribuição da Abraceel para que as operações do Mercado de Curto Prazo não tivessem incidência do IBS e CBS, exceto aquelas realizadas para o consumo final. Informou que também discutiria com a equipe.

### **Reequilíbrio dos contratos**

Sobre o pleito de instituir regra de repasse compulsório do IBS/CBS em todas as operações, de forma a assegurar o reequilíbrio dos contratos privados, Camilla informou que o pleito foi amplamente discutido pela equipe da Fazenda envolvida na Reforma Tributária, tendo o grupo concluído pela preservação do disposto nos contratos privados.

### **Redução da base de cálculo**

Por fim, com relação ao pleito de excluir os encargos setoriais da base de cálculo do IBS/CBS como alternativa para reduzir a carga tributária do setor elétrico, Camilla reconheceu sua importância, mas ressaltou a dificuldade de promover mudanças nesse sentido em razão do aumento que causaria na alíquota geral do IVA dual.

Ao final, a representante da SERT solicitou que a equipe da Abraceel reenviasse os pleitos, que seriam internalizados junto ao grupo da Fazenda envolvido nas discussões.



# Grupo Técnico discute alterações derivadas da nova governança na formação de preços

## Matéria em 1 minuto:

- Associadas sugeriram que os documentos e informações enquadrados na regra de previsibilidade sejam primeiramente centralizadas no ONS para depois ser dada a previsibilidade não inferior a um mês operativo do PMO a todos os agentes, de modo a garantir isonomia e transparência;
- Minuta de contribuição da Abraceel foi enviada para as associadas e recebe sugestões até o dia 11.07, sendo o prazo para envio à Aneel até o dia 15.07.

Na reunião do Grupo Técnico da Abraceel, realizada no dia 02.07, cerca de 50 representantes de associadas discutiram as propostas da Consulta Pública 14/2024 da Aneel, sobre as alterações nos Procedimentos de Rede e Regras e Procedimentos de Comercialização, derivadas da nova Resolução sobre governança na formação de preços, a REN 1.032/22.



O VP Executivo Frederico Rodrigues iniciou a reunião destacando a importância da Consulta para operacionalizar as iniciativas pretendidas pela REN 1.032/22 de mais transparência na formação de preços.

Em seguida, Danyelle Bemfica, Assessora de Energia da Abraceel, apresentou as principais propostas de alteração que constam na Consulta Pública. Uma delas é a proposta do ONS de criar novo submódulo operacional nos Procedimentos de Rede para descrever metodologias de centrais geradoras não simuladas individualmente, e retirar essa parte da Resolução Normativa. Além disso, foi proposto também a inclusão do Anexo A, que detalha os principais dados de entrada utilizados nos modelos de otimização.

Cabe ressaltar que qualquer alteração nos documentos operacionais dos Procedimentos de Rede não precisa passar por análise e aprovação por

parte da Aneel, sendo necessário apenas realização de consulta externa aos agentes e posterior aprovação pela Diretoria do ONS.

Nesse sentido, os participantes argumentaram que o mencionado Anexo A, que detalha os principais dados de entrada utilizados nos modelos, não deveria ficar disposto em Submódulo operacional, sendo importante que eventual alteração passe por análise e discussão pública promovidas pela Aneel.

Sobre a Programação Diária da Operação, o ONS sugeriu que o prazo da publicação do PDO seja acrescido de "ou até às 23hs" quando o Dessem for publicado após às 14h, para garantir que o prazo estabelecido para o PDO seja seguido, desde que não comprometa a segurança do SIN. A Abraceel já havia ressaltado na Consulta Externa do ONS a importância de não utilizar esse adendo para normalizar atrasos na disponibilização do PDO, e sugeriu a inserção de uma determinação nos PR para que o ONS emita relatórios periódicos explicando os motivos dos atrasos.

No Submódulo 4.3 procedimental, que trata da programação mensal da operação energética, foi proposta que fosse feita a descrição dos processos de contingência dos modelos de otimização de médio e curto prazo para elaboração do PMO. Pontos que são transcritos também no Submódulo 1.4 dos PdCs.

Em relação à previsibilidade não inferior a um mês operativo do PMO, estabelecida no inciso II, do artigo 24, da REN 1.078/23, ponto em discussão na referida CP diante de um questionamento apresentado pela Abiape, os associados ponderaram a dificuldade que os agentes possuem de ter acesso aos documentos dispostos nas três possibilidades no inciso II de forma isonômica e no momento exato em que foi dada a previsibilidade.

Nesse sentido, os associados sugeriram que os documentos e informações enquadrados na regra de previsibilidade do referido artigo 24, sejam primeiramente centralizadas no ONS para depois ser dada a previsibilidade não inferior a um mês operativo do PMO a todos os agentes, de forma a garantir isonomia e transparência.

A Abraceel encaminhou minuta contribuição à CP Aneel 14/24 ao Grupo Técnico da Associação e recebe sugestões das associadas até o dia 11.07, quinta-feira. A apresentação realizada na reunião pode ser lida na íntegra na área restrita do site da Abraceel, aba de "[Apresentações exclusivas](#)".



# PERÍODO SOMBRA

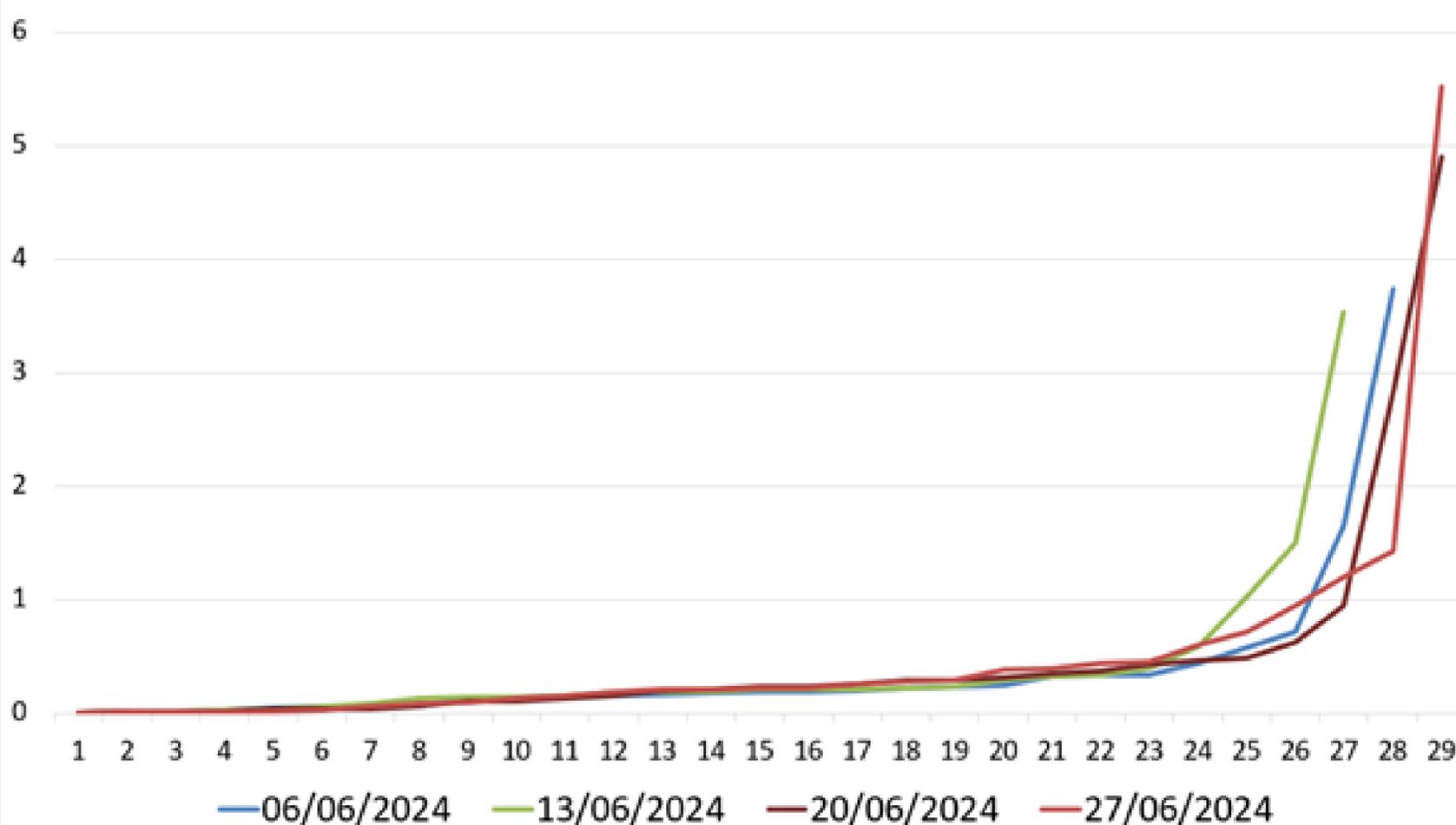
## MONITORAMENTO DE MERCADO

### Indicadores para acompanhamento do período sombra de monitoramento

Nível de Participação	27.06
Associadas Abraceel	99%
Comercializadoras	91%
Autoprodutor	98%
Gerador	95%
Produtor Independente	100%

27.06	Associadas Abraceel	Comercializadores	Geradores	Autoprodutores	Produtores Independentes
PL negativo	3%	3%	8%	5%	4%
FA zero	67%	66%	74%	55%	67%
FA maior que zero	27%	18%	13%	36%	27%
Média FA (maior que zero)	0,5008	0,4738	0,0183	0,5143	1,3166
Média FA	0,14	0,10	0,00	0,20	0,37
Desvio Padrão	0,59	0,67	0,01	1,35	5,25

### Distribuição FA maior que zero - Associados Abraceel



# ABRACEEL NA MÍDIA



**Energia negociada no 1º semestre de 2024 atinge R\$ 41 bi e supera todo volume de 2023**

**Fonte: Valor Econômico**

[Acesse aqui](#)



**O Mercado Livre na visão da Delta Energia**

**Fonte: Brasil Energia**

[Acesse aqui](#)



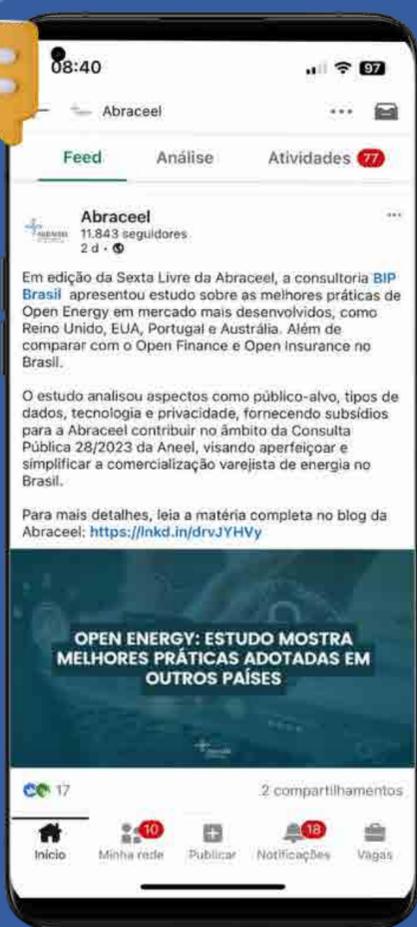
**"Valoriza Regulação" fala em impactos para CP do H2, PAR Procel e MPs do setor**

**Fonte: Canal Energia**

[Acesse aqui](#)



# ABRACEEL NAS REDES SOCIAIS





## CURTAS

### MME realizará Leilões de Energia Existente em dezembro

No dia 01.07, o MME publicou a Portaria 84/2024, que estabelece as diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica provenientes de Empreendimentos de Geração Existentes (LEEs) de 2024. Estão previstos para 2024 os leilões "A-1", "A-2" e "A-3", sendo esse último uma inovação em relação ao ano passado. A Aneel promoverá esses leilões sequencialmente no dia 6 de dezembro de 2024, além de ser a responsável pela elaboração do edital, seus anexos e os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). Durante a vigência dos CCEARs, não haverá qualquer atualização do preço da energia elétrica para esses contratos. Os produtos são por quantidade e com duração de dois anos. Sobre o tema, a Abraceel enviou carta ao MME pela qual solicitou a realização dos LEEs antes dos Leilões de Energia Nova, que foram objeto de consulta pública do MME com proposta de também serem realizados em dezembro de 2024. Ainda não há data definida para a realização dos LEN. Acesse a íntegra da Portaria dos LEE [aqui](#).

### Associações reforçam pedido para MME realizar os leilões de energia existente antes dos de energia nova

Oito associações do setor, incluindo a Abraceel, enviaram carta ao Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, Arthur Valério, pedindo a realização dos leilões LEE A-4 e A-5 ainda este ano, conforme previsto no Artigo 19, Inciso II do Decreto 5.163/2004. Além disso, ressaltaram a importância de priorizar a realização desses leilões antes dos de energia nova (LEN), o que visa reduzir os preços para os consumidores e evitar o aumento da sobreoferta de energia no sistema, pois permite a aquisição de energia já disponível no mercado a preços mais baixos do que os preços de energia a ser produzida por novos empreendimentos. A carta é assinada por: ABCE, Abiape, Abrace, Abraceel, Abrage, Anace, Apine e Cogen. Leia a carta na íntegra no [link](#).

### Paraguai: associados podem encaminhar dúvidas sobre processo de exportação até às 12h de segunda-feira

Em reconhecimento ao trabalho da Abraceel de promover a comercialização no Brasil e a integração energética regional, e tendo em vista o interesse do Paraguai em exportar energia para o mercado livre brasileiro, a Abraceel irá participar de encontro com autoridades desse país no dia 09.07 e o convite foi estendido para 10 empresas associadas. Dada a limitação solicitada pelo Paraguai, a Abraceel realizou sorteio entre as 17 empresas que manifestaram interesse em participar da reunião. Adicionalmente, também foi aberto prazo até segunda-feira, dia 08.07, às 12h, para as associadas enviarem suas dúvidas sobre o processo de exportação da energia do Paraguai, buscando atender aqueles que não poderão comparecer ao evento. A Associação buscará esclarecer os questionamentos durante o encontro em Assunção.



## Com a Casa Civil, Abraceel pede apoio contra a criação de novos subsídios

No dia 04.07, a Abraceel participou de reunião com Bruno Duarte, Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica do Ministério da Casa Civil, e equipe para discutir propostas que ampliam os subsídios no setor elétrico. Além da Abraceel, participaram representantes da Abrace, Apine, Abradee e Frente Nacional dos Consumidores. O grupo apresentou estudo da PSR que aponta impacto de R\$ 25 bilhões por ano até 2050 devido aos “jabutis” no PL 11.247/2018 (eólica offshore), o que resultaria em aumento de 11% no custo de energia. As entidades também alertaram para os impactos do PL 624/2023, que pode adicionar R\$ 3,9 bilhões por ano em subsídios tarifários, e assim aumenta os custos para os consumidores. A Abraceel aproveitou para destacar a necessidade de modernização do marco regulatório do setor elétrico, com maior abertura e empoderamento do consumidor. A Casa Civil informou que está trabalhando para buscar equilíbrio nas propostas e que medidas estão em discussão no governo para beneficiar os consumidores de energia elétrica.



## Agende a sua entrevista individual para o Planejamento Estratégico 2024

A Abraceel iniciou em julho o processo de entrevistas individuais com suas associadas para o Planejamento Estratégico 2024. Este momento é crucial para definir o futuro da associação, abordando críticas, sugestões, perspectivas do setor elétrico e do mercado livre no Brasil, além dos principais desafios e metas para os próximos anos. Realizadas online, essas entrevistas são essenciais para orientar a dinâmica do planejamento, com foco em ações e atividades necessárias em 2025. Nos próximos dias, entraremos em contato com os representantes de cada associada para agendar as reuniões. Incentivamos a participação de todos. Em caso de dúvidas, envie um e-mail para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br).

## WhatsApp: participe das comunidades do Relatório Semanal e Informes

A Abraceel reforça o convite a todos os seus associados que ainda não participam das comunidades do Relatório Semanal e Informes no WhatsApp a se juntarem a nós. As comunidades são a forma mais rápida e segura de se manter atualizado dos principais acontecimentos relacionados ao mercado livre. Para participar, basta enviar um e-mail para [abraceel@abraceel.com.br](mailto:abraceel@abraceel.com.br) manifestando seu interesse. Aguardamos sua participação!



## Com Abraceel na programação, MME e CCEE realizarão evento sobre “liberdade do consumidor” em SP na próxima sexta-feira

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME), realizará presencialmente o Seminário Liberdade do Consumidor e Justiça Tarifária no dia 12 de julho (sexta-feira), de 9h30 às 13h30, no Hotel Unique em São Paulo-SP. Rodrigo Ferreira representará a Abraceel no painel "Liberdade do Consumidor e a Portabilidade da Conta de Luz". As vagas são limitadas, para mais informações sobre os painéis e inscrições, [acesse aqui](#).

### seminário

## justiça tarifária e liberdade do consumidor

### programação



**12 de julho** (sexta-feira)



**9h às 13h30**



### Hotel Unique

Av. Brigadeiro Luís Antônio, nº4700  
Jardim Paulista - São Paulo

**9h** - credenciamento

**9h30** - abertura

**Alexandre Silveira - Ministro de Estado de Minas e Energia**

**Arthur Valério** - Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia

**Júnior Ferrari** - Presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados

**Sandoval Feitosa\*** - Diretor-Geral da ANEEL

**Alexandre Ramos** - Presidente da CCEE

**Marcio Rea** - Presidente do ONS

**Thiago Prado** - Presidente da EPE

**Mario Menel** - Presidente do FASE

**10h10** - painel 1

**tema:** O peso dos encargos na conta de luz e caminhos para sua redução

**Mario Menel** - Presidente da ABIAPE

**Paulo Pedrosa** - Presidente da ABRACE

**Rosimeire Costa** - Presidente do Conacen

**Luiz Eduardo Barata** - Presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia

**Fernando Colli (moderador)** - Secretário-Executivo Adjunto do MME

**11h** - painel 2

**tema:** Os subsídios na conta de luz e caminhos para sua redução

**Elbia Gannoum** - Presidente da Abeeolica

**Marisete Pereira** - Presidente da Abrage

**Edmundo Silva** - Consultor da Abraget

**Rodrigo Sauaia** - Presidente da Absolar

**Gentil Nogueira (moderador)** - Secretário Nacional de Energia Elétrica do MME

11h50 - intervalo

12h15- painel 3

tema: Liberdade do consumidor e a portabilidade da conta de luz

**Rodrigo Ferreira** - Presidente da Abraceel

**Marcos Madureira** - Presidente da Abradee

**Carlos Evangelista** - Presidente da ABGD

**Guilherme Velho** - Presidente da APINE

**Thiago Barral (moderador)** - Secretário Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME

13h05- painel final

tema: Principais constatações, síntese, encerramento

**Luiz Augusto Barroso** - Presidente da PSR

**Ministério de Minas e Energia** - MME

## Comitê de Monitoramento discute propostas para flexibilizar participação dos consumidores

No dia 04.07, a Abraceel participou de reunião do Comitê de Implementação do Monitoramento Prudencial, que discutiu a participação dos consumidores. Foi discutido sobre a eventual não participação da categoria no processo e uma proposta de classificação de consumidores de acordo com o seu porte, com periodicidade de participação no monitoramento diferenciada. O Comitê estudará os dados para elaborar proposta de classificação.

## Com Aneel, CCEE e (re)energisa, Abraceel debate abertura do mercado no EVEx Natal





Em 04.07, Bernardo Sicsú moderou o painel “Rota do Mercado Livre de Energia: abertura, desafios e oportunidades” no EVEx Natal Experience, realizado no Rio Grande do Norte. Participaram do painel o Diretor da Aneel, Fernando Mosna, a Vice-Presidente do Conselho de Administração da CCEE, Gerusa Magalhães, e a Diretora- Executiva de Marketing e Growth da associada (re)energisa, Camila Schoti. Em pauta, a necessidade de valorização das agências reguladoras, o crescimento sem precedentes do mercado livre, a importância de soluções para problemas na migração e a tão almejada abertura do mercado para todos os consumidores.

## **Masterclass da Head Energia foca estudos da Abraceel sobre abertura do mercado**

No dia 3 de julho, Bernardo Sicsú, Vice-presidente de Estratégia e Comunicação da Abraceel, apresentou para mais de 20 alunos os estudos da associação sobre a abertura de mercado durante uma masterclass da Head Energia. Em cerca de duas horas, Bernardo abordou análises realizadas pela Thymos, EY e Volt Robotics, discutindo com a turma os cenários e as medidas que tornam viável realizar a abertura de mercado a partir de 2026. A aula completa está disponível para os assinantes da Head Energia no site.

## **Com foco no cativo, Governo publica Portaria com regras para antecipar recebíveis da CDE**

Foi publicada a Portaria Interministerial MME/MF nº 1, de 4 de julho de 2024, que estabelece diretrizes para a CCEE negociar a antecipação dos recebíveis da CDE. O objetivo principal é utilizar esses recursos para quitar integralmente e antecipadamente a Conta-Covid e a Conta Escassez Hídrica, ou para pagar parcelas remanescentes dessas contas, beneficiando exclusivamente os consumidores do ACR. A antecipação dos recebíveis será realizada por meio de operações financeiras, como securitização de direitos creditórios. A CCEE deverá realizar chamamento público para receber propostas, de forma a buscar que qualquer operação realizada seja benéfica para os consumidores, conforme análise de custo-benefício a ser feita. A Aneel será responsável por divulgar o impacto tarifário resultante dessas operações e definir o fluxo de destinação dos recursos da CDE para as Contas de Escassez Hídrica e Covid ou para o abatimento de quotas. A Eletrobras permanecerá responsável pelo pagamento das obrigações junto à CDE. Em caso de inadimplência, a Aneel estabelecerá quotas extraordinárias da CDE para garantir os pagamentos. Em seu art. 8º, a Portaria define que os consumidores que migraram para o ACL permanecerão obrigados ao pagamento das Conta Covid e Escassez Hídrica. Isso se aplica às formalizações da opção por migração ocorridas a partir de: (i) 8 de abril de 2020, no caso da Conta Covid; e (ii) 13 de dezembro de 2021, no caso da Conta de Escassez Hídrica. Pela norma, os recursos oriundos desses migrantes “serão revertidos à CDE para modicidade tarifária no Ambiente de Contratação Regulada.”



## CURTAS - Gás Natural

### **Sem monopólio para as distribuidoras, ANP estabelece regras para a movimentação de GNL**

A ANP publicou a Resolução ANP 971/2024, estabelecendo regras para a movimentação de gás natural liquefeito (GNL) a granel por modais alternativos como caminhões, barcos e trens. Essa regulamentação também se aplica ao biometano e visa eliminar as interpretações de monopólio das distribuidoras estaduais sobre a movimentação de GNL, de forma a proporcionar maior segurança jurídica para negócios de GNL em pequena escala. Agentes autorizados estão dispensados de novas licenças, mas novos agentes deverão solicitar outorgas específicas e atender a requisitos detalhados.

### **Conselho de Carregadores delibera sobre os próximos passos do grupo**

No dia 28.06, o Conselho de Carregadores se reuniu em caráter ordinário para discutir os próximos passos do grupo. Primeiramente, abordou-se o reajuste tarifário da NTS, tendo sido decidido que a carta a ser enviada à ANP sobre o tema não irá se restringir ao reajuste, mas também abordará questões sobre pendências com a Agência, como a necessidade de transparência das informações e o papel do Conselho de Carregadores. Paralelamente, o grupo também ficou responsável por preparar um documento para o CADE sobre o mesmo tema. Sobre o contrato de transporte, foi reforçada a necessidade de uma nova data de reunião com a ATGás para tratar do assunto. Quanto à conta regulatória, uma carta foi minutada e encaminhada para as associações para contribuições e aprovação. Por fim, foi apresentado a nova versão do site do CdU, que foi aprovada.



*Apresentado o relatório do PLP 68/2024 (reforma tributária) com expectativa de deliberação na próxima semana. Abraceel participa de audiência pública sobre transformação energética e segue com agenda no Senado contra jabutis no projeto de lei que regulamenta as eólicas offshore.*

**GT da Regulamentação da Reforma Tributária PLP 68/24 apresenta relatório e propostas da Abraceel não são acatadas** – em coletiva de imprensa, os membros do Grupo de Trabalho apresentaram o relatório do PLP 68/2024 (Reforma Tributária). A Abraceel discutiu propostas de aprimoramento no texto em reuniões com os membros do GT, as quais, todavia, não foram contempladas pelo relatório.

Em análise preliminar do escritório Bichara, no entanto, foram apontadas duas alterações que podem impactar positivamente o setor. Uma diz respeito às compras governamentais, que não terão incidência do tributo até que haja o pagamento pelo ente público. Outra refere-se à possibilidade de tomada do crédito do valor destacado do tributo na nota fiscal enquanto não for implementado o split payment. O escritório enviará análise mais detalhada do texto que, tão logo recebida, será encaminhada às associadas.

Durante as reuniões realizadas com os parlamentares e o Ministério da Fazenda, já havia sido adiantada a dificuldade de avançar com os pleitos, em especial com o diferimento, uma vez que esses entendem que a creditação faz parte da estrutura operacional da reforma tributária, não onera a cadeia e poderia abrir precedentes para outros setores.

Dentre as outras mudanças apresentadas no relatório, destaque para o split payment, em que haverá creditamento automático no momento do pagamento, com um crédito presumido quando não houver essa possibilidade e, nos casos em que não houver compensação imediata do crédito da empresa, reduziu-se o prazo inicial de 60 dias para 30 dias. Veja outras mudanças [aqui](#).

A expectativa da Câmara é deliberar a matéria na próxima semana e concluí-la antes do recesso, para que o Senado possa trabalhar no tema a partir de agosto. A Abraceel seguirá atuante na discussão da Reforma Tributária, contando com o apoio jurídico do escritório Bichara, que está analisando o texto divulgado em detalhes.

Confira a íntegra do [relatório divulgado](#).



**Rodrigo Ferreira participa de Audiência Pública sobre Transformação Energética na Câmara dos Deputados** – no dia 04.07, Rodrigo Ferreira participou como expositor de audiência pública sobre "Transformação Energética e o Desenvolvimento Econômico e Social", na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara dos Deputados. A audiência contou também com a presença de Felipe Machado (MDIC), Thiago Barral (MME), Renata Ribeiro (IDEC) e Paulo Pedrosa (ABRACE).

Em sua fala, Rodrigo Ferreira destacou a importância da abertura como elemento fundamental da transição energética e propulsora do desenvolvimento econômico e social do país. Ferreira apresentou dados que mostram que o mercado livre pode gerar economia de até R\$ 17,8 bilhões ao ano na conta de energia para a indústria e o comércio. Essa redução de custos impulsiona o desenvolvimento e pode gerar até 380 mil novos empregos no país. Além disso, ressaltou que atualmente são 6 milhões de comércios e 411 mil indústrias que não possuem o direito de escolher seu fornecedor de energia, destacando a necessidade de mudanças para incluir esses consumidores no mercado livre. Para acessar a íntegra da audiência pública, clique no [link](#).



**Abraceel dá continuidade a agendas no Senado contra "Jabutis" no PL das Eólicas Offshore** - dando continuidade às agendas, nesta semana estivemos com Bruno Duarte, Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Análise Governamentais da Casa Civil (detalhes disponíveis na seção "Curta" deste Relatório Semanal), o senador Omar Aziz (PSD-AM), Presidente da Defesa do Consumidor, o senador Vanderlan (PSD-GO), Presidente da CAE, e o senador Zequinha Marinho (PL-PA) para defender a retirada dos "jabutis" do PL 576/2021, que trata das eólicas offshore. Há expectativa de realização de audiência pública para debater a matéria no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) no Senado antes da deliberação do relatório.



**Senado aprova marco legal para hidrogênio de baixa emissão de carbono** – o Senado Federal aprovou, em 03.07, o texto final do Projeto de Lei 2.308/2023, que estabelece o marco regulatório para o hidrogênio de baixa emissão de carbono. Após a aprovação do texto base em 19.06, a única modificação foi uma emenda de redação que define o limite de emissões de Gases de Efeito Estufa para classificar o hidrogênio como de baixa emissão de carbono. Não foram acatados destaques que ampliariam subsídios. O projeto agora volta à Câmara dos Deputados para revisão das mudanças antes de seguir para sanção presidencial. [Veja aqui.](#)

**Com críticas às distribuidoras, deputado Lafayette adia deliberação do PL 671/2024 para avaliar se veda a possibilidade de a distribuidora atuar com comercialização varejista na sua área de concessão** – estava na pauta da Comissão de Minas e Energia, na última quarta-feira, o PL 671/2024, que veda às distribuidoras as atividades de produção de energia por meio de microgeração ou de minigeração distribuída e de exploração econômica dessas instalações. O relator, deputado Lafayette (Republicanos-MG), criticou as distribuidoras cujas próprias empresas do seu grupo econômico estão explorando a atividade econômica de MMGD e concorrendo de forma não isonômica com outros agentes por clientes na área de concessão da distribuidora. Dessa forma, retirou o PL de pauta, justificando que precisa retificar o relatório, porque além disso estar acontecendo no campo da geração distribuída, também acontece no âmbito da comercialização. Veja a [fala do deputado Lafayette](#) a partir de 3'20". O relatório atual está disponível no [link](#).



## PRÓXIMA SEMANA

### A Abraceel estará presente aos seguintes encontros:

**09.07 - Terça-feira:** Sobre exportação de energia com autoridades no Paraguai;

Almoço da Frente de Energia para debate da regulamentação da reforma tributária, às 12h.

**10.07 - Quarta-feira:** Seminário do Instituto Pensar Energia: A segurança energética, o Estado e a sociedade, às 8h30;

Com a Ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para discutir a valorização das Agências Reguladoras Nacionais e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, às 11h;

Com a associada Engie para discutir o estudo dos contratos legados, às 14h30;

Com Juliano de Carvalho Dantas, da Eletrobras, para discutir a transferência Cepel, às 16h30.

**11.07 - Quinta-feira:** Seminário de lançamento da pesquisa de opinião pública sobre justiça energética e do projeto de lei da tarifa social justa, promovido pelo Instituto Pólis, às 9h30;

Com a SFF/Aneel para apresentação de caso concreto de atuação concorrencial de parte relacionada à distribuidora no mercado varejista, às 10h; Reunião do Conselho de Administração da Abraceel, aberta a participação das associadas, às 17h.

**12.07 - Sexta-feira:** Seminário Justiça tarifária e liberdade do consumidor, promovido pela CCEE e MME, em São Paulo, às 9h30.